

## MILITARIZAR E ENCARCERAR A EDUCAÇÃO BÁSICA PARA UM PROJETO DE NAÇÃO

**Dra. Catarina de Almeida Santos**  0000-0003-1864-4608  
Universidade de Brasília

**Dra. Miriam Fábria Alves**  0000-0002-7742-0009  
Universidade Federal de Goiás

**RESUMO:** Este artigo objetiva, a partir da análise bibliográfica, documental e de referenciais teóricos, apontar e problematizar a construção de cenários e narrativas, por parte dos militares e seus asseclas, para justificar a militarização da sociedade e, com ela, a educação e a escola, projeto que tem como desdobramento o encarceramento dos processos educativo e de seus sujeitos, não só por meio das escolas militarizadas. Além de tentar mostrar a imprescindibilidade de sua existência, ações e princípios, apontamos que os agentes do braço armado do Estado vêm atuando para encarcerar e dizimar determinados grupos da população, explicitamente os jovens negros e periféricos. Apontamos ainda que, na nação dos militares, o projeto educador volta-se à educação para construção e conservação de uma sociedade excludente, misógina, racista, machista e de uma escola pautada na disciplina militar, na hierarquia, no patriotismo e no civismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Projeto de Nação; Escola Civil-Militar; Encarceramento.

## MILITARIZING AND INCARCERATING BASIC EDUCATION TOWARDS A NATIONAL PROJECT

**ABSTRACT:** Based on a bibliographical, documentary and theoretical analysis, this article aims to point out and problematize the construction of scenarios and narratives by the military and their minions to justify the militarization of society and, as a consequence, of education schools — a project whose outcome is the incarceration of the educational processes and their subjects, not only through militarized schools. Besides trying to show the indispensability of its existence, actions and principles, we indicate that the agents of the armed wing of the state have been acting to imprison and decimate certain groups of the population, explicitly black and peripheral young people. We also note that, in a nation of the military, the educational project focuses on the construction and maintenance of an excluding, misogynistic, racist, sexist society, and a school based on military discipline, hierarchy, patriotism and civism.

**KEYWORDS:** National Project; Civil-Military School; Incarceration.



## 1 APRESENTAÇÃO

80 tiros te lembram que existe pele alva e pele alvo  
Quem disparou usava farda (Mais uma vez)  
Quem te acusou nem lá num tava (Banda de espírito de porco)  
Porque um corpo preto morto é tipo os *hit* das parada:  
Todo mundo vê, mas essa porra não diz nada (EMICIDA, 2019).

A militarização das escolas públicas se caracteriza pelo repasse dessas instituições, das esferas estaduais e municipais, para gestão total ou parcial das forças militares ou das que assumem características destas. Os diferentes processos de militarização em curso no Brasil, atualmente, são a) escolas públicas que têm a gestão entregue para os militares; b) escolas de gestão compartilhada com os militares; c) escolas municipais que realizam convênios com forças militares, guardas metropolitanas, empresas e organização não governamental para a militarização das práticas pedagógicas, a gestão e o currículo escolar e d) escolas públicas que por meio do Programa das Escolas Cívico-Militares contratam profissionais militares para serem monitores (SANTOS *et al.*, 2019; SANTOS; ALVES, 2022).

Pensar a militarização das escolas e as implicações que ela tem para a educação básica requer pensarmos seus desdobramentos e consequências na formação das futuras gerações, tendo em vista a militarização de instituições educativas que atendem da primeira infância à juventude, assim como seus efeitos para o futuro da democracia do país e da própria sociedade. Implica pensar o papel da segurança e da educação, regidas por princípios não só diferentes, mas diametralmente opostos, que possuem profissionais com formação e atuação pautadas em concepções e práticas antagônicas, atuando juntos no espaço escolar.

Ao analisarmos a militarização das escolas e apontarmos que esse processo interfere no seu funcionamento à medida que a cultura do militarismo passa a predominar nas instituições escolares e que a disciplina compreendida como a obediência pronta às ordens dos superiores hierárquicos passa a ser a mola



mestra, não estamos dizendo, como aponta Santos (2022, p. 39), “que as escolas brasileiras tenham historicamente funcionado de forma adequada, incluindo democraticamente todos os sujeitos do processo”, ao contrário, elas têm sido, por diversos caminhos e estratégias, utilizadas para frear processos civilizatórios.

Temos plena consciência do papel que as instituições escolares muitas vezes desenvolvem na manutenção da ordem, sobretudo por sofrerem muitas interferências de projetos e políticas educativas estranhos à sua comunidade e pensados por atores que pouco ou nada entendem de educação como ferramenta de construção de uma sociedade democrática e tampouco querem que a democracia seja um valor humano universal.

A questão a ser debatida é que a cultura militar se pauta na interdição do debate, na supressão da diversidade e no combate à existência das diferenças, na subjugação dos mais vulneráveis, na padronização dos corpos e comportamento e, conseqüentemente, na negação do sujeito. Nesse sentido, as análises aqui feitas não ignoram as questões e tensões presentes na escola, mas partem “da compreensão que a chave da transformação ou da superação desta realidade está nas lutas travadas na sociedade e na relação que esta estabelece com a escola” (SANTOS, 2022, p. 39), o que é impedido ou bastante dificultado pela cultura militar, seja ela implementada com a militarização estritamente compreendida pelos militares ou, como aponta o Projeto de Nação, por meio da imposição das normas de “disciplina, respeito, higiene, civismo e práticas pedagógicas sem que, necessariamente, os estabelecimentos de ensino sejam transformados nesse modelo escolar” (PROJETO DE NAÇÃO, 2022, p. 74).

Motivadas por essas questões, nosso artigo pretende discutir os processos de militarização da escola pública, ampliando as análises para o que estamos chamando de encarceramento destas instituições e, conseqüentemente, dos processos educativos, do conhecimento e seus sujeitos. Partimos do pressuposto de que há um projeto de longa duração em curso, que objetiva a conservação da estrutura de poder sustentada no racismo, machismo, nas desigualdades sociais e econômica e que, portanto, visa impedir ou frear avanços que possam colocar



essa estrutura em debate. A preservação ou conservação dessa estrutura de poder perpassa pela militarização da sociedade de forma mais ampla, mas também das escolas, inclusive daquelas que não contam com os militares atuando no seu interior.

Para o debate, analisamos um conjunto de dados da realidade brasileira que mostram as ações ou “omissões” do Estado que têm levado ao encarceramento da juventude preta, periférica e de baixa escolaridade, e a múltiplas formas de violência, mais detidamente a violência sexual e de gênero. E isso ao mesmo tempo que as escolas são intimadas a se calarem por meio das ações de perseguição explícita ou pelas reformas educativas que cobram das escolas resultados de conteúdos vazios de significados, em detrimento de processos formativos que contribuam para a superação da realidade e suas mazelas.

Ao finalizar com a análise do Projeto de Nação, lançado pelos militares em 2022, e cotejarmos com os processos em curso de militarização da escola pública, buscamos demonstrar o que pretendem os militares e seu projeto de poder e o quanto esse projeto dialoga com o que, de forma explícita ou velada, muitos grupos esperam da educação e da escola.

O texto se sustenta na pesquisa documental, em fontes primárias e secundárias, problematizando a realidade do país, as narrativas acerca da militarização em curso e está organizado em duas seções: numa primeira discutimos os processos de militarização que têm reverberado na escola pública e, na segunda, o foco recai sobre a análise do Projeto de Nação e as implicações para a educação básica.

## **2 VIOLENTADOS E ENCARCERADOS DA NAÇÃO MILITARIZADA**

O processo de militarização da educação e da escola no Brasil não pode ser analisado e compreendido sem considerar o acirramento da militarização do estado e suas instâncias, assim como da sociedade em geral, não só no Brasil, mas



também em muitos países do mundo. Stephen Graham, no livro *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*, aponta que as ameaças aos espaços públicos e privados das cidades, passando pela sua infraestrutura e populações civis, têm sido fundamentais para a exacerbação desse urbanismo militar. Segundo o autor, esse contexto está permeado pelo uso da guerra contra as drogas, o crime, o terror, contra a própria insegurança, como metáfora dominante para descrever a condição constante e irrestrita das sociedades urbanas, que alimenta o imaginário da impressibilidade dos militares e seus princípios. Afirma ele que

Esse advento incorpora a militarização sub-reptícia de uma ampla gama de debates de política interna, paisagens urbanas e circuitos de infraestrutura urbana, além de universos inteiros de cultura popular e urbana. Leva à difusão furtiva e insidiosa de debates militarizados sobre “segurança” em todos os aspectos da vida. Juntos, mais uma vez, eles lutam para trazer ideias essencialmente militares de guerra, e de sua preparação, para o centro da vida cidadina comum e cotidiana (GRAHAM, 2016, p. 26-27).

O ideário da impressibilidade dos militares, seus princípios e ações se manifestam no projeto de nação por eles lançados, que diz ter como objetivo criar condições para o Brasil proporcionar um futuro de justiça e felicidade para o seu povo. Para tanto, almeja “conscientizar as lideranças e a sociedade sobre a necessidade de um poder militar” de modo que o Brasil possa enfrentar os desafios “em consequência da projeção de potências globais, rivais entre si, em nosso entorno estratégico (PROJETO DE NAÇÃO, 2022, p. 85). Assim, como alerta Graham (2016, p. 122),

A militarização também envolve a normalização dos paradigmas militares de pensamento, ações e política; esforços de disciplinar agressivamente corpos, espaços e identidades considerados não condizentes com noções masculinizadas (e interconectadas) de nação, cidadania ou corpo; e o uso de uma ampla e diversificada propaganda política que romantiza ou higieniza a violência como um meio de vingança legítima ou de conquista de algum propósito divino. Acima de tudo, a militarização e a guerra organizam a “destruição criativa” de geografias herdadas, economias políticas, tecnologias e cultura.



Em síntese, a militarização das escolas, assim como a transformação dos espaços das demais instituições escolares em ambientes encarcerados, faz parte do processo de hipermilitarização da sociedade brasileira. Dessa forma, é imprescindível pensar em como esse processo tem ganhado o chão da escola, inclusive daquelas que não têm a presença dos militares no seu interior, e, sobretudo, em como atuar pela sua desmilitarização e desencarceramento.

É fundamental debatermos como estamos desenhando, na sociedade brasileira, políticas educacionais mais amplas, projetos e processos educativos, desde as questões curriculares até a forma de organização das nossas escolas, que vêm contribuindo para o encarceramento dos processos de ensino-aprendizagem e dos seus sujeitos. Mas o que significa encarcerar os sujeitos centrais do processo educativo, sobretudo a nossa juventude, os professores e as escolas? Quais mecanismos nossa sociedade tem utilizado para esse processo, nem sempre tão explícito, de encarceramento?

Refletir sobre essas questões implica reconhecer que a sociedade brasileira tem convivido, nas últimas décadas, e conseqüentemente naturalizado, o crescente encarceramento da população, majoritariamente negra, jovem, masculina, periférica e com baixa escolaridade. Os Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022) apontam que em 2021 o Sistema Penitenciário brasileiro tinha um total de 815.165 pessoas privadas de liberdade, sendo 141.002 em prisão domiciliar e 674.163 em cela física, além das 5.524 pessoas sob custódia das polícias. No ano anterior, esses totais eram de respectivamente 753.966 e 5.552, demonstrando uma tendência de crescimento no processo de encarceramento, sobretudo de um determinado grupo da população do país, em penitenciárias com superlotação. De acordo com os dados apresentados, em 2020, havia um déficit de 242.561 mil vagas e, em 2021, de 180.696 mil.

O encarceramento se traduz no crescente número de pessoas presas no Sistema Penitenciário nos últimos 21 anos. Na entrada do novo século, ou seja, no ano 2000, 174.980 pessoas estavam nas prisões do país. Em 2011, esse



número já alcançava quase meio milhão (471.254) e não para de crescer, como pode ser visto na Tabela 1.

**Tabela 1:** Evolução da população prisional *Brasil*, 2012-2021

Ano	Presos no Sistema Penitenciário	Presos sob Custódia das Polícias	Total de pessoas encarceradas
2012	513.713	34.290	548.003
2013	557.286	24.221	581.507
2014	584.758	37.444	622.202
2015	663.155	35.463	698.618
2016	702.385	19.735	722.120
2017	704.576	18.140	722.716
2018	725.332	18.884	744.216
2019	748.009	7.265	755.274
2020	753.966	5.552	759.518
2021	815.165	5.524	820.689

**Fonte:** Tabela elaborada pelas autoras a partir dos dados do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2022 (FBSP, 2022).

Quando se analisa os dados sobre o perfil da população carcerária, percebe-se que o olhar do Estado brasileiro sobre quem deve ser encarcerado se volta para a população negra, jovem, masculina, periférica e com baixa escolaridade. Como apontam as pesquisadoras Amanda Lagreca, Betina Barros e Iara Sennes, é fundamental compreender quem são aqueles que estão sob custódia do Estado, sobretudo em um país que tem o terceiro maior sistema prisional do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e da China. Segundo as autoras, o perfil da população encarcerada não tem se modificado. “O que se vê, na realidade, é a intensificação do encarceramento de negros e jovens: 46,4% dos presos têm entre 18 e 29 anos e 67,5% são de cor/raça negra” (LAGRECA; BARROS; SENNES, 2022, p. 403), sendo que, em 2011, 60,3% da população aprisionada era negra.

Os retratam a cara das prisões no Brasil e de quais corpos devem ser, não só encarcerados, mas inclusive invisibilizados. As pesquisadoras chamam atenção para a diminuição no levantamento de informações essenciais para se encarar as questões sociais de frente. Segundo elas, vem aumentando nos últimos anos o número de pessoas encarceradas sobre as quais não se têm informações a respeito



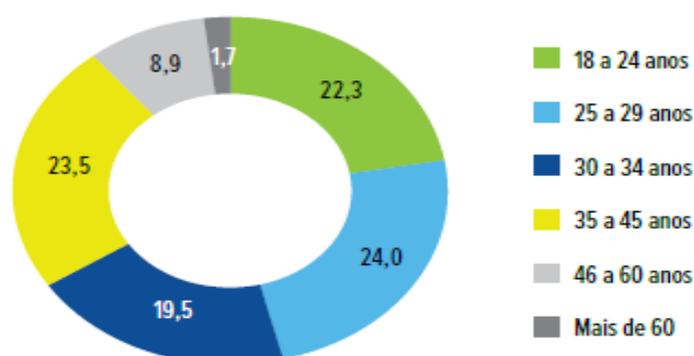
da sua cor/raça e apontam que, se em 2019, 87,1% dos presos tinham sua raça/cor informada, em 2021 esse dado cai para 77,5%. Essas informações são essenciais para o desenho de políticas públicas capazes de resolver ou minorar os problemas relativos à população carcerária e, sobretudo, prevenir novas prisões.

Angela Davis, ao analisar o sistema prisional americano, o segundo maior do mundo, com 1.675.400 pessoas, de acordo com os dados da World Prison Brief, aponta que o aprisionamento e o aumento da punição são resultantes do aumento da vigilância, fato que se reproduz no Brasil. Segundo Davis (2020, p. 39):

As comunidades que são objeto de vigilância policial têm muito mais chance de fornecer indivíduos para a indústria da punição. Mais importante do que isso, a prisão é a solução punitiva para uma gama completa de problemas sociais que não estão sendo tratados pelas instituições sociais que deveriam ajudar as pessoas na conquista de uma vida mais satisfatória. Esta é a lógica do que tem sido chamado de farra de aprisionamento: em vez de construir moradias, jogam os sem-teto na cadeia. Em vez de desenvolverem o sistema educacional, jogam os analfabetos na cadeia.

Além da pele alvo, o olhar do Estado brasileiro também tem idade alvo, como demonstra o Gráfico 1. Isso nos leva a questionar se o projeto de embranquecimento da população brasileira e dizimação do povo preto, amplamente utilizado após a abolição da escravatura, algum dia deixou de existir.

**Gráfico 1:** Distribuição da população prisional de acordo com a faixa etária (Brasil – 2021)



**Fonte:** FBSP (2022, p. 395).



Nesse sentido, qualquer pessoa comprometida com a defesa da vida e da existência do povo negro precisa se preocupar com a faixa etária das pessoas presas, tendo em vista que mais de 65% têm até 34 anos de idade.

A respeito da faixa-etária, o perfil continua o mesmo daquele evidenciado no ano anterior: em 2021, 46,4% das pessoas privadas de liberdade possuía entre 18 e 29 anos, enquanto, em 2020, esse percentual foi de 48,6%. Assim, vale ressaltar que o perfil da população presa é o mesmo perfil das principais vítimas das mortes violentas intencionais (MVI) no Brasil: a população masculina, negra e jovem (LAGRECA; BARROS; SENNES, 2022, p. 403).

Além de ser a maioria dos residentes das prisões, a população preta, masculina e jovem também constitui as vítimas letais preferenciais do braço armado do Estado. De acordo com os dados do Anuário de Segurança, em 2021, assim como nos anos anteriores, o perfil das vítimas letais de intervenções policiais tem prevalência de homens, adolescentes e jovens, pretos e pardos. Em 2021, 99,2% das vítimas eram do sexo masculino. No que se refere à faixa etária, 52,4% das vítimas tinham 24 anos no máximo, quando foram mortas, percentual que sobe para 74%, quando se considera as vítimas de até 29 anos.

Esse dado precisa ser matizado pela melhora na qualidade do preenchimento dos boletins de ocorrência das Polícias Cíveis, já que em 2020, 36,4% dos registros não tinham o campo raça/cor/etnia informado e em 2021 este percentual caiu para 31,1%. Ainda assim, o que a melhora da qualidade da informação está mostrando é que o percentual de pretos e pardos vítimas de intervenções policiais é ainda mais elevado do que supúnhamos, chegando a 84,1% de todas as vítimas com raça/cor identificados. Assim, mesmo que os números absolutos apresentem uma importante diminuição no total de vítimas, a desproporcionalidade racial na letalidade permanece latente (BUENO *et al.*, 2022, p. 84).

O aumento do número de armas em circulação no país, que traduz não só a lógica da hipermilitarização, é uma ameaça à vida, sobretudo das maiorias minorizadas, que costumeiramente são os maiores alvos dos grupos de ódio, como pessoas negras, mulheres e LGBTQI+. O Anuário (FBSP, 2022) aponta que entre



2019 e junho de 2022, houve aumento de 473% do número de pessoas com licença para armas de fogo. Segundo Figueiredo, Marques e Marques (2022), em 2021 havia no país mais armas de fogo em estoques particulares do que em estoques institucionais de órgãos públicos. Esse dado aponta, ainda, que no mesmo período, mais de 550 mil pessoas se registraram como CACs (caçadores, atiradores desportivos e colecionadores). Já a quantidade de munição comercializada no país, em 2021, ultrapassou os 393,4 milhões de cartuchos, um aumento de 131,1% em relação a 2017. Além disso, 620 novas lojas para vendas de armas foram abertas entre junho de 2021 e maio de 2022.

Em um exercício de aproximação, ao considerarmos as 1.781.590 armas de fogo com registros ativos em estoques particulares no Sigma (em junho de 2022) e as 1.105.638 armas de fogo com registros ativos em estoques particulares (não institucionais, em 2021), teríamos um total de 2.887.228 armas de fogo em acervos particulares em situação regular. Contudo, para estimarmos o estoque total em acervos de particulares, é importante considerarmos as armas de fogo cujos registros estão expirados, visto que tais armas não deixam de existir quando seus registros se tornam irregulares. Foi possível obter esta informação apenas junto à PF: 1.542.168. Desta forma, podemos considerar que o total de armas de fogo em acervos particulares é de 4.429.396, entre registros regulares (Sinarm e Sigma) e irregulares (no Sinarm). Entre outros aspectos, isso significa dizer que **de cada 3 armas de fogo em estoques particulares, 1 está em situação irregular** (FIGUEIREDO; MARQUES; MARQUES, 2022, p. 302, grifos dos autores).

Outro crescimento assustador é dos clubes de tiro no país, que cresceu 41% em nove meses (julho de 2021 a março de 2022). De acordo com dados divulgados pelo *Correio Braziliense*, o número saltou de 1.458 clubes para 2.071 (LESSA, 2022), contando inclusive com a presença de crianças nesses espaços, muitas vezes praticando com seus (in)responsáveis.

Nesse cenário, também observamos um processo crescente de “escolas paramilitares” que dizem ter como objetivo treinar as crianças e adolescentes para ingressarem na carreira militar. E cabe perguntar por onde andam os órgãos de proteção das crianças e adolescentes que não atuam impedindo a abertura,



funcionamento e disseminação dessas “escolinhas” por todo país. É nesse cenário que a militarização das escolas ganha relevo.

### 3 O SILENCIAMENTO DAS ESCOLAS PARA A MANUTENÇÃO DO CÂRCERE

A democracia favorece a contestação dos privilégios e alimenta o questionamento dos poderes ilegítimos. Sendo a escola, como aponta educadores como Anísio Teixeira e Paulo Freire, espaço de possibilidade de formação política e aprendizado do jogo democrático, pode-se inferir os motivos de tanto interesse em controlar estas instituições. Como aponta Bell hooks, nós que continuamos acreditando e trabalhando a educação para a prática da liberdade, assistimos e vivenciamos cotidianamente como a educação democrática ou educação para a democracia vem sendo atacada, combatida e enfraquecida.

Vemos isso, na perspectiva de hooks, “à medida que os interesses dos grandes negócios e do capitalismo corporativo incentivam os estudantes a olhar para a educação somente como meio de alcançar sucesso material” (HOOKS, 2020, p. 42). Essa lógica de que a aquisição de informação é mais importante que a construção do conhecimento leva ao não desenvolvimento do pensamento crítico e, conseqüentemente, à adaptação e à conformação, em detrimento do questionamento para a transformação.

Paulo Freire nos alerta, em seu livro *Por uma pedagogia da pergunta*, que o questionamento é uma mola propulsora para a transformação do mundo, é a condição para a existência humana, pois para ele há uma relação incontestável entre indignação e pergunta, risco e existência.

Radicalmente, a existência humana implica assombro, pergunta e risco. E, por, tudo isso, implica ação, transformação. A burocratização implica a adaptação, portanto, com um mínimo de risco, com nenhum assombro e sem perguntas. Então a pedagogia da resposta é uma pedagogia da adaptação e não da criatividade. Não estimula o risco da invenção e da reinvenção. Para mim, negar o risco é a melhor maneira que se tem de negar a própria existência humana (FREIRE, 2021, p. 75).



As narrativas diversas, como ameaças de ataques terroristas, comunismo, ditadura de esquerda, têm sido amplamente utilizadas para implementação de políticas fascistas que enfraquecem a democracia. O cultivo e a disseminação da cultura do medo, do pânico moral, se tornaram mecanismos eficazes para a garantia da obediência. Nesse contexto, o desafio posto para educadoras e educadores é a transformação das “escolas em espaços onde as condições para a consciência democrática possam se estabelecer e florescer” (HOOKS, 2020, p. 42).

A escola de florescimento da democracia precisa ser, como apontou Anísio Teixeira, uma instituição educativa onde exista condições reais para as experiências formadoras. Em sendo as escolas militarizadas espaços do silenciamento, do não questionamento das regras impostas, da obediência à hierarquia, da punição, o desafio da sociedade brasileira é a desmilitarização das escolas e o desencarceramento dos processos de ensinar e aprender, dos currículos, do conhecimento, dos prédios e ambientes escolares, inclusive nas escolas não militarizadas. Como nos disse Teixeira (2006, p. 267), “a escola somente de informação e de disciplina imposta, como a dos quartéis, pode adestrar e ensinar, mas não educa”.

Quando discutimos que a lógica da militarização está além das escolas militarizadas, precisamos olhar por exemplo como as escolas e os currículos são padronizados e como todo o processo escolar está voltado para obtenção de resultados nas avaliações de larga escala para alcançar índices previamente estabelecidos por instâncias e especialistas que não conhecem a complexidade do processo educacional, a realidade das escolas e tampouco se preocupam com os seus sujeitos. Esse processo ocorre também quando se define o que pode ou não ser trabalhado na escola, ou que todas as escolas desse país devem trabalhar o mesmo currículo, como tem acontecido com a insistência de fazer da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) o único currículo válido no país.



Os dados anteriormente analisados apontam para o encarceramento e a dizimação da população jovem e negra do país, mas também para a construção de uma realidade social baseada na exclusão e no acirramento do medo, ameaça ao processo civilizatório, tendo em vista o incentivo ao armamento da população, comercialização de armas de fogo e cartuchos, e da militarização da vida, desde a mais tenra infância. Em contrapartida, os mesmos defensores da vida militarizada apontam que o debate sobre as mazelas da sociedade e as múltiplas formas de violência não pode ser feito nas escolas, pois estas devem ser “neutras” e não se imiscuírem em questões ideológicas, devendo trabalhar apenas os conteúdos previamente definidos por mentes desideologizadas.

Nessa perspectiva, se interdita na escola as discussões de gênero, educação sexual, racismo, impedindo que a instituição exerça seu papel educativo de enfrentar e desnaturalizar o feminicídio, o machismo, a misoginia, o patriarcado, o racismo estrutural, a exploração sexual de crianças e adolescentes, as violências de gênero e orientação sexual. Na lógica dos defensores desses projetos, a escola deve se manter neutra diante dos dados (BUENO *et al.*, 2022) que apontam que entre os anos de 2012 e 2021, 583.156 mil pessoas foram vítimas de estupro, das quais 75,5% eram vulneráveis, ou seja, que não tinham condição de consentir. Somente no ano de 2021, houve 66.020 casos de estupros registrados, o que corresponde a uma taxa de 30,9 por 100 mil e um crescimento de 4,2% em relação ao ano anterior, considerando que esses dados se referem a vítimas que denunciaram o caso em uma delegacia de polícia, ou seja, esse número é certamente bem maior, diante da subnotificação existente.

O perfil das vítimas e dos agressores diz muito sobre esse desejo de silenciar as escolas, encarcerar os currículos e “neutralizar” os conteúdos. De acordo com os dados, no tocante à característica do criminoso, 95,4% são homens, 82,5% eram conhecidos da vítima, sendo que desses, 40,8% eram pais ou padrastos; 37,2% irmãos, primos ou outro parente e 8,7% avós.

As vítimas de estupros são 88,2% mulheres, negras 52,2% e 46,9% brancas, majoritariamente crianças, jovens e adolescentes, e 9 em cada 10 tinham no



máximo 29 anos quando sofreram a violência sexual. Entre os estupros de vulneráveis, ou seja, 75,5% das vítimas, as crianças e adolescentes entre 0 e 13 anos somam “61,3% de todas as vítimas, com forte concentração na faixa de 5 a 9 anos, que representa 19,1% das vítimas, e de 10 a 13 anos, que reúne 31,7% dos registros” (BUENO *et al.*, 2022, p. 190). Em síntese, as vítimas majoritárias da violência sexual estão em idade escolar obrigatória e são estudantes das escolas que, na perspectiva dos que defendem a escola desideologizada e dos que acham que os conteúdos a serem trabalhados nas instituições educativas devem se voltar para as provas das avaliações estandardizadas, devem se manter longe desse debate.

Como se pode observar, para esses grupos, não podemos ter educação sexual nas escolas, mas cotidianamente somos confrontados com os índices de exploração sexual das crianças, a quantidade de meninas, meninos e mulheres estuprados no país a cada minuto, as mulheres violentadas e mortas, o assassinato da população negra. Se as escolas não podem debater a realidade da sociedade em que ela e seus sujeitos estão inseridos, como podemos afirmar que essa escola é espaço educativo?

O impedimento ou o cerceamento do debate, do exercício do questionamento das violências e violações, a imposição do silêncio, em nome da ordem e do alcance de resultados, é a concretização da censura à instituição escolar, ao trabalho dos professores, ao trabalho educativo com as crianças, adolescentes e jovens desse país, é o encarceramento do processo de ensino-aprendizagem e das mentes e corações. Como nos disse Paulo Freire, “ao ser tão enfatizada a apoliticidade da ciência e da educação, a sua politicidade termina por ser sublinhada. A negação da politicidade é finalmente percebida como um ato político” (2021, p. 61).

A escola a ser silenciada, inclusive com a polícia no comando, é ocupada, majoritariamente, por trabalhadoras mulheres, também vítimas da violência de gênero, interna e externamente, o que em uma sociedade patriarcal justifica a desvalorização da profissão e os baixos salários. Os dados do Censo da Educação Básica apontam que o país registrou, em 2022, 2.315.616 docentes nesse nível de



educação, sendo 1.834. 295 de professoras, o que equivale a 79% da categoria. Esse percentual sobe quando analisadas as etapas específicas, como na educação infantil, que 96,3% são do sexo feminino, Ensino Fundamental, 77,5%, mas quando analisados os anos iniciais, esse percentual sobe para 87,8% mulheres. Mesmo nas etapas dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, que cresce o número de educadores do sexo masculino, as mulheres ainda somam 66,1% e 57,5%, respectivamente (INEP, 2023).

Constatamos como as nossas escolas, para além daquelas que estão inseridas na lógica de controle e gestão dos profissionais da segurança, estão cheias de equipamentos de segurança, de combate à violência, tais como os dispositivos de identificação facial, câmeras de segurança, grades que são instaladas nas salas de aula, muros e grades que estão em torno das nossas escolas e as isolam do território que estão inseridas. Diante dessa realidade, fica muito difícil classificar essas escolas como instituições educativas, em seu sentido amplo, como preconiza Anísio Teixeira.

## 4 A EDUCAÇÃO NA NAÇÃO DOS MILITARES E A ESCOLA CIVIL-MILITAR

A militarização das escolas no Brasil ganhou muitas nomenclaturas, desde o final da década de 1990, quando o projeto começa no país. O termo cívico-militar, no entanto, foi cunhado no governo Bolsonaro, que apesar de civil, a gestão do Estado foi feita por militares. Esse termo é criado pelo Decreto n.º 9.465/2019, que alterou a estrutura do Ministério da Educação e criou a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (BRASIL, 2019). A mudança feita na nomenclatura não passou despercebida por quem se debruçava sobre o tema. Santos e Cara (2020, p. 167) apontaram que a mudança não deve ser ignorada,

tendo em vista que, no imaginário social, a ideia do cívico está diretamente ligada ao cidadão pertencente a uma nação, ao Estado. Assim, uma escola



cívico-militar, assim como a de gestão compartilhada, traz a uma ideia muito mais leve do que a lógica da escola militarizada. No primeiro caso, é como se o papel da polícia estivesse mais ligado a garantir uma escola segura, proporcionando um ambiente tranquilo e propício para que os civis, no caso os educadores, possam desempenhar a suas funções e fazer com que a escola cumpra seu objetivo: educar os seus estudantes. O termo militarização no imaginário social remete ao militar, à polícia, sobretudo a PM, que não goza de tanto prestígio ou tem boa reputação, sobretudo nas regiões periféricas.

Dois anos mais tarde (2022), os militares, que estavam à frente da gestão do país, lançaram o Projeto de Nação, que tem tido pouca visibilidade nos estudos, mas em nossa compreensão traz elementos fundamentais para nos ajudar nessa reflexão, inclusive o que pode ter levado à escolha da nomenclatura cívico-militar. O documento foi lançado em fevereiro de 2022 e foi elaborado pelos militares dos institutos General Villas Boas, Sagres e Federalistas e projeta a análise como se estivéssemos em 2035 e o país sob o comando dos grupos militares ou seus apoiadores. O documento aborda temas diversos, como: geopolítica mundial; governança nacional; desenvolvimento nacional; ciência, tecnologia e educação; saúde, segurança e defesa nacional.

No que diz respeito à educação, tema deste artigo, apresenta um projeto que se preocupa com a educação básica, sobretudo o ensino fundamental e médio. Endossa a narrativa de que as escolas se constituem como espaço de ideologização. Um dos trechos do documento afirma que

A ideologização do ensino básico foi neutralizada, o que facilitou a implementação de reformas com foco no desempenho e na preparação para a vida do futuro cidadão, sem orientação ou ingerência na construção da sua própria opção ideológica. Assim, em 2035, o Ensino Básico (Fundamental e Médio), nas áreas pública e privada, alcança os índices do IDEB e os do PISA, este último referido à faixa etária de jovens entre 14 e 16 anos (PROJETO DE NAÇÃO, 2022, p. 73).

Podemos constatar também que esse desenho representa outra lógica do encarceramento que torna a educação pública refém das parcerias público-privada, dos grupos empresariais, que passam a controlar o que os professores



devem executar nas escolas, o que os estudantes podem aprender e o que nossas universidades têm que ofertar no processo de formação, melhor dizendo, de formatação ou de-formação dos professores.

Como esperado, o documento ressalta a importância de divulgar as vantagens e disseminar o modelo das escolas cívico-militares, no “tocante às normas de disciplina, respeito, higiene, civismo e práticas pedagógicas sem que, necessariamente, os estabelecimentos de ensino sejam transformados nesse modelo escolar” (PROJETO DE NAÇÃO, 2022, p. 74). Assim, a proposta dos militares para expandir a sua base de influência na sociedade se fundamenta em ampliar a concepção das escolas cívico-militares, sem necessariamente ter a polícia ou os militares na escola, uma vez que esse modelo tem uma limitação prática, pois não teríamos militares para todas as escolas.

E é justamente aqui que temos uma das maiores contribuições do projeto para enriquecer o nosso debate: não precisamos mandar a polícia para a escola, mas podemos trabalhar para que cada vez mais a lógica militarizada se imponha e a escola seja uma instituição encarcerada, pautada no modelo de disciplina, de respeito (entendendo respeito como obediência irrestrita às regras criadas verticalmente) e na lógica da higienização. Acompanhando as experiências de militarização que estão em curso no Brasil, podemos dizer que higienização e exclusão já constituem práticas nas escolas militarizadas (ALVES; FERREIRA, 2020). Ou seja, trabalhamos para encarcerar as escolas sem os profissionais do cárcere.

Um outro aspecto importante, destacado em vários trechos do Projeto, diz respeito à importância de se constituir uma sociedade conservadora:

É possível afirmar, porém, que diversos segmentos da sociedade brasileira souberam se posicionar, de modo a elevar a capacidade do País para enfrentar os desafios do jogo do poder — nacional e internacional. Assim é que, nas últimas duas décadas, sucessivas manifestações de grande porte tiveram, como ator coletivo, significativa parcela do povo que hoje se identifica como conservador e liberal, pressionando por mudanças estruturais no sistema de educação e no sistema político, em um processo que culminou com



o despontar de novas lideranças. Estas ocuparam importantes espaços onde antes prevaleciam as antigas lideranças patrimonialistas e fisiológicas, em grande medida envolvidas em corrupção. Ainda existem nichos em que essas últimas exercem poder e influência, mas não há como negar que o regime democrático está mais estável e que o combate à corrupção, no Brasil, apresenta uma evolução positiva (PROJETO DE NAÇÃO, 2022, p. 11).

O trecho revela como vai sendo criado um conjunto de elementos para falar da importância da polícia e dos militares, apresentados como verdadeiros guardiões da moral, dos bons costumes, da retidão no trato com a coisa pública, como se corrupção não fizesse parte da lógica militar. Aqui não poderíamos deixar de aludir ao vínculo militar do ex-presidente da República e do ministro da Saúde, que fizeram uma gestão genocida durante a pandemia da covid-19 e decretaram sigilo de 100 anos sobre as suas contas, as suas práticas e tudo que fizeram.

Mas o documento, ao discutir o Tema 10: Corrupção no Brasil, é enfático em afirmar que o combate à corrupção no Brasil se deve em boa parte como resultado do aperfeiçoamento do modelo público e privado, bem como na ênfase

no ensino fundamental, na formação integral dos professores e na modernização da gestão do ensino. Os currículos foram desideologizados e são constituídos por conteúdos teóricos e práticos avançados, inclusive no campo psicossocial, reforçando valores morais, éticos e cívicos, tudo isso, contribuindo para o progressivo surgimento de lideranças positivas e transformadoras (PROJETO DE NAÇÃO, 2022, p. 44).

Importa destacar que o projeto retoma uma lógica de focalização do ensino fundamental que deu a tônica às políticas educacionais nos anos 1990, bem como o foco na formação dos professores e a gestão. Por outro lado, ganha relevo nesse projeto o reforço dado aos valores “morais, éticos e cívicos” como componente fundamental para alcançar sucesso “do modelo econômico liberal” no Brasil. Esses elementos ajudaram no enfraquecimento das “ideologias radicais na sociedade”, contribuindo “para atenuar, em boa medida, a cisão interna no Brasil, particularmente em seus matizes ideológicos, étnicos, religiosos” (PROJETO DE NAÇÃO, 2022, p. 46).



Esses elementos nos ajudam a compreender que modelo de sociedade esses militares querem forjar, pois ao proporem uma ação com vistas ao futuro, projetam uma sociedade formatada, sem ideologias ou movimentos questionadores. Não se propõem a resolver, no presente, as brutais desigualdades que assolam o país, mas pacificar e manter os privilégios, conservando os valores atuais, uma vez que

os cidadãos brasileiros, em sua maior parte, identificam-se como Conservadores evolucionistas no campo psicossocial, e Liberais, porém, conscientes da responsabilidade social de apoiar com políticas públicas sustentáveis, as camadas carentes da sociedade (PROJETO DE NAÇÃO, 2022, p. 15).

Poderíamos nos perguntar quem é essa maior parte da sociedade brasileira que se identifica como conservadora e liberal ao mesmo tempo que exclui as “camadas carentes” que se tornam objeto das políticas. Nesse sentido, ser conservador

significa defender a manutenção daquilo que dá efetivo vigor às instituições sociais tradicionais, transmitindo a cada geração o que há de melhor em termos de experiências e contributos humanos, no contexto da cultura e da civilização. Seus principais valores são a liberdade e a ordem, com destaques para a liberdade política e econômica e a ordem social e moral (PROJETO DE NAÇÃO, 2022, p. 15).

É preciso pensarmos nos dispositivos que vão transformando as escolas nesses espaços vigiados, muito mais próximos das unidades prisionais e cada vez mais longe das unidades escolares ou do que elas deveriam ser. A tão propalada segurança nas escolas é para quem? É necessário indagar de quem estamos protegendo as instituições educativas? Quem representa ameaça a essas escolas? São os estudantes? Os profissionais da educação? O estado, a sociedade, as autoridades constituídas estão dizendo que as nossas crianças, adolescentes e jovens são ameaças às instituições que a eles deveriam pertencer? Nas quais eles deveriam se desenvolver? Esses são alguns dos elementos para pensarmos por



que a lógica da militarização está indo além das próprias escolas militarizadas. Levar os profissionais da segurança para dentro das instituições é a declaração mais contundente que as nossas crianças, adolescentes e jovens se constituem em ameaça às instituições educativas.

Mas temos outros mecanismos que endossam a lógica de que os profissionais da educação são uma ameaça para a escola e conseqüentemente para a nossa sociedade. Não basta só encarcerar nas unidades prisionais, estamos indo além e transformando as instituições que deveriam ser educativas em unidades prisionais de alguma forma, em unidades de encarceramento.

O pesquisador Sultan Barakat diz que “hoje em dia, guerras são travadas não em trincheiras e campos de batalhas, mas em salas de estar, escolas e supermercados” (GRAHAM, 2016, p. 10). Essa afirmativa nos ajuda a refletir como essa lógica de militarização está pautada na construção do medo, da insegurança e justifica o fato de que a polícia e as forças de segurança atuem para a preservação de um grupo pequeno e ao mesmo tempo representem uma ameaça para a maioria da população.

A construção da narrativa do medo e da insegurança tem sido utilizada para a militarização da vida social, das nossas escolas e para a guerra travada no Brasil, em nome do combate ao tráfico de drogas. Mas, objetivamente, é a população preta e pobre do país que tem sofrido os efeitos perversos dessa lógica, pagando o pedágio com as suas vidas.

A afirmação de Teixeira – de que a “escola é uma comunidade com seus membros, seus interesses, seu governo. Se esse governo não for um modelo de governo democrático está claro que a escola não formará para a democracia” (TEIXEIRA, 2006, p. 258) – contribui para retomar o papel da escola na construção de uma sociedade democrática. Não qualquer escola, mas a escola pública na perspectiva anisiana e freiriana, uma escola governada por educadores comprometidos e estudantes. Como nos disse Teixeira, a comunidade escolar deve se organizar “de forma a que todos participem da tarefa de governo, com a divisão de tarefa que se revelar mais recomendável. A participação de todos, o sentimento



de interesse comum é essencial ao feliz desempenho da missão educativa da escola" (TEIXEIRA, 2006, p. 258). A escola não tem que ser formatadora, de-formadora e conformadora. Ao contrário, deve ser uma instituição para formação, para a transgressão, para a superação de tudo aquilo que nos aprisiona.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. F.; FERREIRA, N. S. R. "O processo de militarização em uma escola pública em Goiás". **Revista Educação e Sociedade [on-line]**, n. 41, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/es.0224778>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 9.465, de 2 de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, edição 1B, p. 6, 2 jan. 2019.

BUENO, S.; PACHECO, D.; NASCIMENTO, T.; MARQUES, D. Letalidade policial cai, mas mortalidade de negros se acentua em 2021. *In*: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2022. São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: fev. 2023.

EMICIDA. **Ismália** (feat Larissa Luz, Fernanda Montenegro). Rio de Janeiro: Sony Music Brasil, 2019.

FIGUEIREDO, I.; MARQUES, I.; MARQUES, D. Paralisia e descontrole: como a gestão da política nacional de armas se torna cada vez mais impraticável. *In*: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2022. São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: fev. 2023.

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.



FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. **Por uma Pedagogia da pergunta**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GRAHAM, S. **Cidades sitiadas**: o novo urbanismo militar. Tradução: Alyne Azuma. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOOKS, B. **Ensinando o pensamento crítico**: sabedoria prática. Tradução de Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2022**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 22 fev. 2023.

LAGRECA, A.; BARROS, B.; SENNES, I. As 820 mil vidas sob a tutela do Estado. *In*: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2022. São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: fev. 2023.

LESSA, H. Número de clubes e lojas de armas cresce 41% em nove meses. **Correio Braziliense**, Brasília, 12 jul. 2022. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2022/07/5021591-numero-de-clubes-e-lojas-de-armas-cresce-41-em-nove-meses.html>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MARTINS, J.; LAGRECA, A.; BUENO, S. Femicídios caem, mas outras formas de violência contra meninas e mulheres crescem em 2021. *In*: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2022. São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>. Acesso em: fev. 2023.

PROJETO DE NAÇÃO. **Cenários Prospectivos Brasil 2035 – Cenário Foco-Objetivo, Diretrizes e Óbices**. Brasília: Instituto Sagres, 2022.

SANTOS, E. J. F.; ALVES, M. F. Militarização da educação pública no Brasil em 2019: análise do cenário nacional. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 52, p. e09144, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/9144>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SANTOS, C. A. A escola cívico-militar e a pedagogia do quartel: a escola como espaço da antieducação. *In*: DALTOÉ, A. da S.; FLORES, G. B.; SILVEIRA, J. da



(ORG.). **Marcas da Memória**: o que resta da ditadura na educação brasileira. Campinas: Pontes Editores, 2022.

SANTOS, C. de A.; CARA, D. T. Militarização das escolas públicas no Brasil e o financiamento: da educação como um direito à educação como privilégio. *In*: MENDONÇA, S. G. de L. *et al.* (ORG.). **(De)formação na escola**: desvios e desafios. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 167-190. DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-26-2.p167-190>.

TEIXEIRA, A. S. **Educação e o mundo moderno**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. v. 9. (Coleção Anísio Teixeira).

Recebido em: 28-02-2023

Aceito em: 26-04-2023

